

PROJEÇÕES FUNCIONAIS, CARTOGRAFIA SINTÁTICA E NANOSSINTAXE – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS LÍNGUAS NATURAIS

FUNCTIONAL PROJECTIONS, CARTOGRAPHY AND NANOSYNTAX - SOME CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF NATURAL LANGUAGE

Alessandro Boechat de Medeiros¹

1. Introdução

Desde os anos oitenta, por conta de trabalhos como o de Borer (1984), núcleos funcionais² ganham tremenda importância dentro da pesquisa em linguística formal, e, hoje em dia, no mainstream da teoria gerativo-transformacional chomskyana, considera-se que eles são os responsáveis pela variação interlinguística: os parâmetros que distinguem as línguas do mundo seriam diferentes enfeixamentos de traços (ou de traços com diferentes “forças”; e. g., CHOMSKY, 1995) em núcleos como C ou I, disparando movimentos que distinguem, por exemplo, os diversos ordenamentos de constituintes que encontramos nas línguas do mundo.

No final dos anos oitenta, particularmente a partir do trabalho de Pollock (1989), núcleos funcionais já amplamente incluídos na tradição dos estudos formais, como C e I, começaram a ser “desmembrados”, por razões essencialmente empíricas, em múltiplos cabeças, cada um com, supostamente, um subconjunto dos traços que o núcleo original albergava em versões anteriores

1 Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: alboechat@letras.ufrj.br

2 De fato, a proposta original de Borer defende que a variação paramétrica é reflexo de onde (em qual nível de representação) uma determinada regra do sistema flexional pode aplicar-se em uma dada língua. Particularmente, Borer (1984) considera que regras flexionais inserem clíticos e grande parte do trabalho procura mostrar como seu sistema explica as variações sistemáticas nos licenciamentos dos clíticos nas línguas sob análise no trabalho.

da teoria. Em Pollock (1989), por exemplo, o núcleo flexional I é desmembrado em, pelo menos, *T* e *AGR*, com *T* tomando *AGR* na estrutura funcional expandida do sistema flexional. Um pouco mais tarde o próprio Chomsky (CHOMSKY, 1993) adotaria uma divisão como essa, ainda que desmembrando a concordância em duas (de sujeito, *AGRs*, e de objeto, *AGRo*) e colocando o núcleo de concordância com o sujeito mais alto, na estrutura sintática, do que o núcleo que alberga traços de tempo. A verificação dos traços de Caso se dá na relação especificador-núcleo, e *AGR_s* verifica nominativo, enquanto *AGR_o* verifica acusativo. O esquema a seguir o mostra:

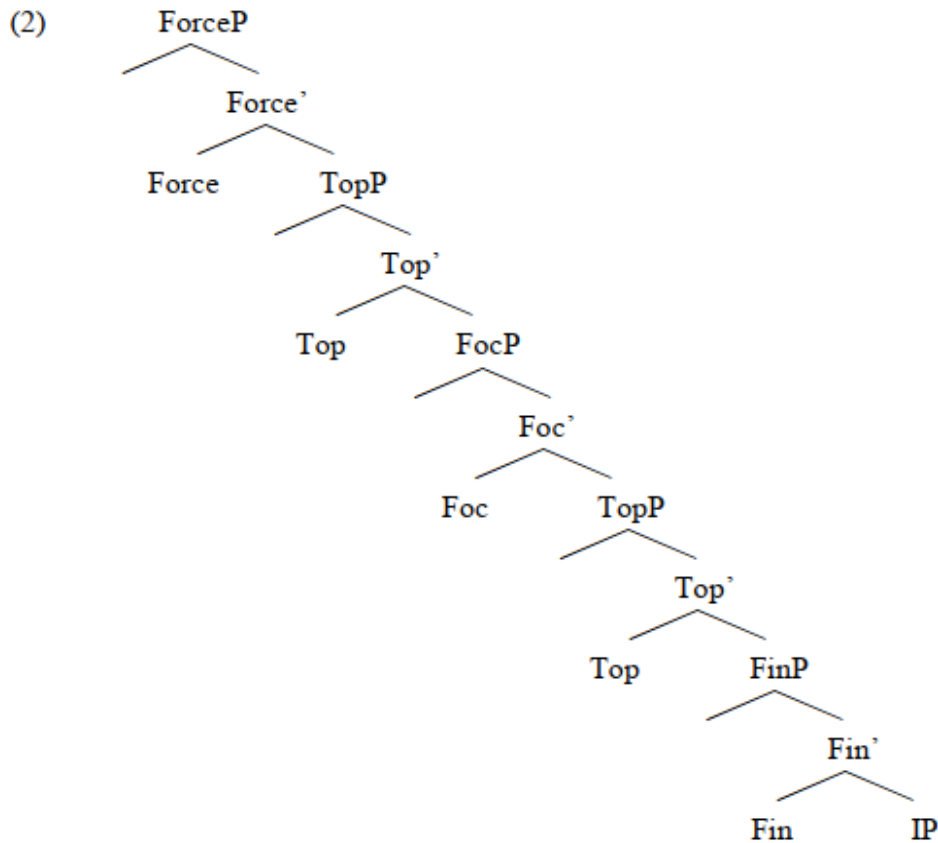
$$(1) [_{AGRsP} [_{AGRs} AGRs [_{TP} [_{T'} T [_{AGRoP} [_{AGRo} AGRo [_{VP} \dots V \dots]]]]]]]^3$$

Na mesma linha, Rizzi (1997) expande a camada funcional C, dividindo-a em diversos núcleos associados ao que se convencionou chamar na literatura de estrutura informacional da sentença (foco, tópico, força). O trabalho é tido por muitos como inaugurador da chamada *empreitada cartográfica*, uma corrente dentro do gerativismo chomskyano que, entre outras coisas, tem produzido mapas muito precisos da periferia esquerda das sentenças, dando conta também dos ordenamentos possíveis entre classes de advérbios (CINQUE, 1999) e entre tópicos, focos e complementizadores em diversas línguas estudadas.

Na proposta de Rizzi (1997), por exemplo, o sintagma complementizador da sentença, CP, torna-se uma camada ou região em que temos, pelo menos, um núcleo, hierarquicamente mais baixo, que seleciona o tipo de flexão (se finita ou não-finita – o núcleo *Fin*) do verbo principal ou do auxiliar da sentença complemento, e um núcleo, mais alto, que codifica a força ilocucionária da sentença (se declarativa, interrogativa, relativa, entre outras – o núcleo *Force*). Entre esses dois núcleos que compõem a camada CP (a qual está, de fato, numa espécie de fronteira entre o que é estritamente sentencial e o que faz parte do discurso), podemos ter ainda núcleos de foco (*Foc*) e tópico (*Top*), que projetam posições (especificadores) para os constituintes sintáticos que serão o foco (incluindo-se aí os sintagmas-QU) e o(s) tópico(s) da sentença. Tais núcleos selecionam como complementos, respectivamente, aquilo que será a parte da sentenças que veicula a informação pressuposta e a parte da sentença que veicula o comentário. Ao tópico é permitido ocorrer mais de uma vez (é recursivo, pelo menos em algumas línguas), podendo, essas ocorrências, “ensanduichar” um foco; focos, por outro lado, só ocorrem uma vez na estrutura (pois uma segunda ocorrência sua, mais alta, tomaria como seu complemento uma informação não-pressuposta – outro foco –, o que é simplesmente

3 Já em Chomsky (1995) os núcleos de concordância são eliminados do sistema flexional. A função de atribuição/checagem de traço acusativo fica sob a responsabilidade do *vezinho* e a concordância de sujeito deixa de existir, sob a alegação de que ela não tem função nenhuma em LF – e sua existência seria uma violação do *Princípio da interpretação plena*.

contraditório). A proposta de Rizzi costuma ser representada no seguinte esquema arbóreo, em que fica clara uma cartografia, um gabarito sintático, um mapeamento das posições sintáticas na periferia esquerda da sentença, com funções bastante específicas para a organização da informação.

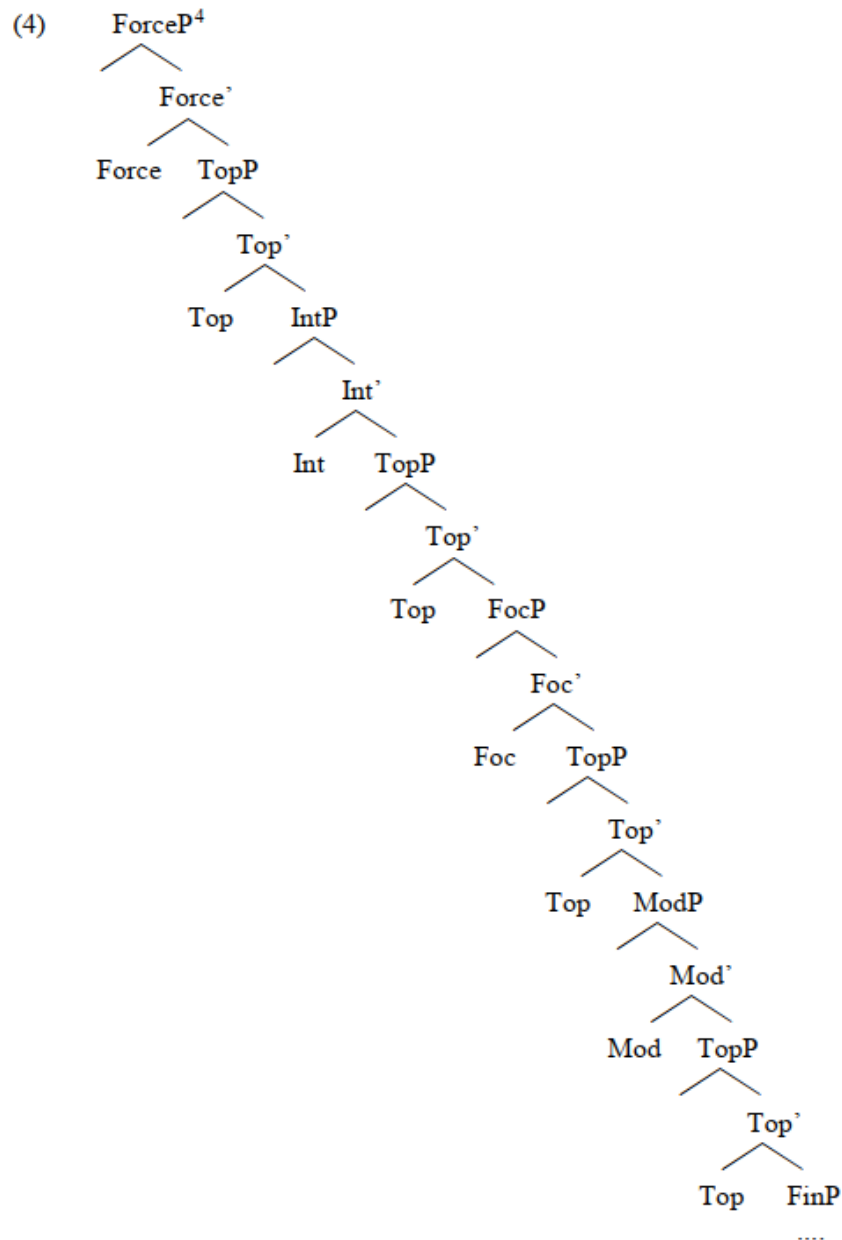


Tal hierarquia tem o poder de explicar, entre muitas outras coisas, por que, em italiano, quando o complementizador é a preposição *di*, que realiza o núcleo Fin e seleciona IP encabeçado por flexão infinitiva, não é possível focalizar ou topicalizar um constituinte qualquer da sentença complemento imediatamente à direita da preposição, mas quando o complementizador é *che* (que ocupa o núcleo Force e tem força declarativa), constituintes focalizados ou topicalizados podem ocorrer imediatamente à direita da conjunção. Esta constatação justifica a cisão mínima do C em, pelo menos, Fin e Force.

Propostas posteriores, como a que encontramos em Belletti (2004), estabelecem uma hierarquia de posições de tópico e foco entre o sintagma verbal e os núcleos da camada IP. Belletti propõe que haveria uma diferença entre o foco “mais baixo”, logo acima do VP, que seria tipicamente informacional ou identificacional, e o foco “mais alto”, na camada CP, que seria tipicamente contrastivo. Fundamentalmente, o artigo de Belletti se baseia em dados de posposição do sujeito em italiano para propor essa cartografia intermediária. O esquema a seguir ilustra a proposta:

(3) [TP [T, T [TopP [Top', Top [FocP [Foc', Foc [TopP [Top', Top [VP ... V ...]]]]]]]]]]

Desenvolvimentos recentes da linguística cartográfica têm proposto outros nós nas regiões da sentença que sofreram escrutínio nas últimas duas décadas. Algumas extensões se mostraram necessárias para que determinados ordenamentos sistemáticos fossem adequadamente representados. Rizzi e Bocci (2017), por exemplo, apresentam o seguinte desenho, em que se incluem os nós *Int* – que codifica a *força interrogativa* e que tem que estar abaixo do tradicional núcleo Force e acima do núcleo Foc da periferia esquerda –, *Mod* – que codifica *modo* e alberga, em seu especificador, advérbios altos de modo, não topicalizados; este núcleo deve estar acima de Fin e abaixo de Foc –, e *Q_{emb}*, que, em seu especificador, alberga sintagmas-QU alçados dentro de orações subordinadas (que dá conta de frases como *eu não entendi quando **que** você quer o documento*). Todos esses núcleos, assim como os anteriores de Rizzi, projetam posições criteriais, ou seja, posições às quais são atribuídos “papéis” dentro da estrutura informacional – e, por conta disso, os constituintes movidos para essas posições ficam “congelados”, não podem ser movidos para outras posições criteriais dentro da periferia esquerda. O quadro, com esses acréscimos, fica da seguinte forma:



O trabalho de outros sintaticistas que abraçam a cartografia sintática tem mostrado que existe também uma hierarquia de posições para a modificação adverbial, como mencionado anteriormente. Essa hierarquia, como a da periferia esquerda da sentença e a da periferia do VP, é bastante rígida, e vem sendo observada em diversas línguas analisadas nos últimos anos. Uma vez que tal mapa existe, muitos pesquisadores dentro da cartografia sintática assumem que os advérbios ocupam, de fato, posições em especificadores de núcleos funcionais no chamado *middlefield*, uma versão expandida do IP; esses núcleos se organizam rigidamente, o que faz com que somente determinadas ordens de

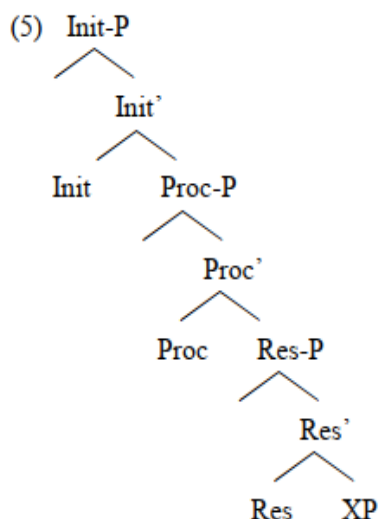
4 Se estivermos tratando de uma oração encaixada, Qemb ocorreria acima e FinP e abaixo do primeiro núcleo Top.

advérbios sejam observadas, jamais outras – tendo como corolário a propriedade de transitividade na sequência dos advérbios (cf. TESCARI NETO, neste volume). O trabalho de Cinque (1999) figura entre os principais a tratar das hierarquias possíveis entre os advérbios, e estudos recentes têm mostrado que a hierarquia proposta naquele trabalho (ou com pequenas variações dele) pode ser de fato universal.

Como vemos, todas as propostas (e suas revisões) são motivadas por razões empíricas fortes, e a chamada *cartografia sintática* tem-se mostrado bastante poderosa dos pontos de vista descritivo e explicativo.

Partindo também da ideia de desmembrar núcleos assumidos nos estudos tradicionais sobre a estrutura das sentenças, a *Nanossintaxe* (e. g., STARKE, 2009) defende a ideia radical de que cada traço projeta um núcleo numa estrutura sintática. Isso significa que determinados itens lexicais ou morfemas podem ser as realizações de regiões inteiras de uma árvore sintática rica e complexa.

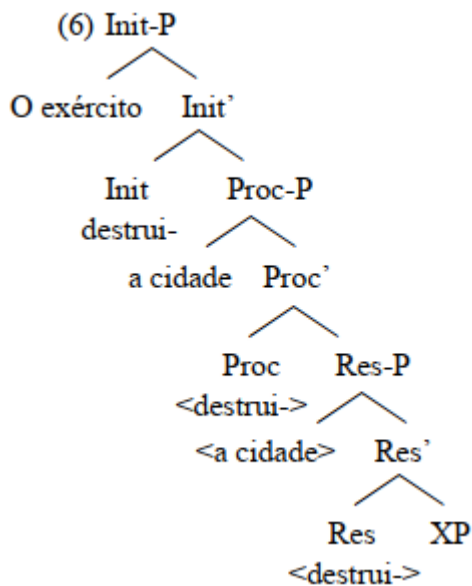
Uma das primeiras propostas que podemos chamar de “nanossintática” é encontrada no trabalho de Gillian Ramchand (e. g., RAMCHAND, 2008). Ramchand (2008) assume que verbos projetam estruturas verbais com até três núcleos formadores: um núcleo de estado, mais baixo na estrutura, que veicula o estado resultante se for complemento de um núcleo que veicula um processo, conforme o esquema a seguir, e, por fim, outro núcleo que veicula um estado, mais alto, que, ao tomar como seu complemento a estrutura que codifica o processo, é interpretado como subevento iniciador deste. Observe-se a estrutura a seguir:



Assim, verbos que denotem eventualidades dinâmicas podem, por exemplo, projetar somente

os dois núcleos mais altos (como o verbo *ler*, que teria como complemento de Proc o objeto direto do verbo, e este seria interpretado como um PATH ou tema incremental para o processo), ou os dois núcleos mais baixos (por exemplo, a versão intransitiva do verbo *abrir*, na qual o sujeito do verbo é simultaneamente especificador do Res-P e do Proc-P) ou os três núcleos (como é o caso do verbo *destruir*, que discutirei com mais detalhes abaixo).

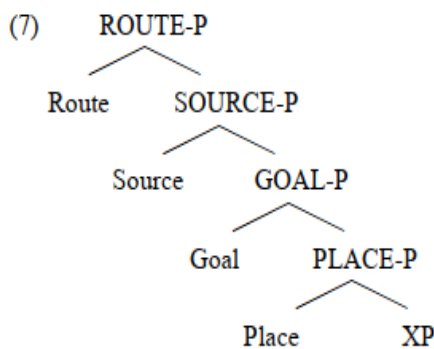
Como exemplo, tomemos a frase *o exército destruiu a cidade*. Ramchand (2008) propõe que um verbo como *destruir* projete Res-P e abra posição para o complemento (*a cidade*) em seu especificador; tal complemento recebe um papel aspectual (e. g., TENNY, 1992; BORER, 2005) nesta posição. O verbo então se desloca e toma o Res-P projetado por ele mesmo como seu complemento, e, nesta nova posição, projeta Proc-P. O objeto direto, que estava no especificador de Res-P, se move para o especificador de Proc-P, passando a receber outro papel aspectual. A proposta capta a intuição de que, na sentença, *a cidade* passa pelo processo de destruição e atinge o estado resultante deste processo. Por fim, mais uma vez o verbo se desloca, toma agora Proc-P como seu complemento, e projeta Init-P, outro estado, cujo especificador será ocupado pelo iniciador do processo, *o exército*. O esquema a seguir ilustra a estrutura final, com os movimentos já realizados:



O que era um único núcleo verbal na estrutura do VP é, portanto, desmembrado em três núcleos, caracterizando três subeventualidades distintas que compõem a eventualidade (complexa) que o verbo expressa.

Na mesma linha, trabalhos como o de Pantcheva (e. g., PANTCHEVA, 2009) desmembram a estrutura de sintagmas locativos para além da decomposição PATH-PLACE proposta por Jackendoff

em diversos trabalhos (e. g., JACKENDOFF, 1983). A autora mostra, a partir de evidências de diversas línguas, que o tradicional núcleo PATH pode ser desmembrado em GOAL, SOURCE, ROUTE, entre outros⁵. A estrutura tem uma ordem rígida, em que GOAL toma diretamente o sintagma PLACE e indica uma transição, em que a figura se desloca de fora de um lugar específico (PLACE) para o interior desse lugar. O núcleo SOURCE, quando ocorre na estrutura, toma o sintagma GOAL e inverte a trajetória, mantendo uma única transição: agora, a figura começa no lugar (PLACE) e se desloca para fora dele. ROUTE faz com que a estrutura tenha duas transições, e a figura entra e sai do lugar (PLACE). ROUTE toma o sintagma SOURCE (que por sua vez só ocorre tomando GOAL-P, que por sua vez precisa ter como seu complemento um PLACE-P). Assim, a estrutura mais geral possível, considerando o desmembramento proposto neste parágrafo para o PATH, pode ser representada pelo seguinte esquema:



Diferentemente da proposta original de Ramchand (2008), em que o mesmo item projeta até três núcleos sintáticos, Pantcheva adota a ideia de que determinados itens realizam regiões da estrutura sintática em (7).

A nanossintaxe defende que a lexicalização é pós-sintática, e que um mesmo item lexical/morfema pode lexicalizar diversos nós terminais em uma estrutura sintática. É claro que o item que lexicalizará determinado conjunto de nós deverá ter uma especificação de traços compatível com a do conjunto de nós terminais em questão. Mas, ao contrário de outras abordagens teóricas (particularmente a da Morfologia Distribuída; HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), em que se adota o *princípio do subconjunto* – um expoente fonológico é licenciado em determinado terminal sintático se ele for especificado com pelo menos um subconjunto dos traços do nó terminal, mas nunca com um traço não contido no nó sintático em questão (HALLE, 1997) –, a nanossintaxe adota o *princípio do superconjunto*. No princípio do superconjunto, são os traços contidos nos nós terminais sintáticos que

5 Pantcheva (2011) propõe ainda os núcleos SCALE, que desfaz as transições introduzidas pelos núcleos mais baixos, e BOUND, que delimita a trajetória, seja na origem, seja no alvo. Ambos podem tomar como complementos quaisquer núcleos que introduzam transições.

devem constituir um subconjunto dos traços que especificam o item/morfema. Isso quer dizer que um mesmo item pode (seguindo algumas restrições) realizar diversas estruturas sintáticas que contenham um subconjunto de seus traços. Por exemplo, podemos pensar que, adotando o desmembramento do VP proposto em Ramachand (2008), a raiz do verbo *abrir* tenha como especificação os traços que correspondem aos núcleos Res, Proc e Init, o que lhe permite lexicalizar a versão transitiva do verbo; mas esse mesmo item, pelo princípio do superconjunto, também pode lexicalizar a versão intransitiva do verbo, que projeta somente os núcleos Res e Proc. O traço correspondente ao nó Init é um “lixo” (*junk*; STARKE, 2009) que sobra na versão intransitiva. Evidentemente a teoria propõe um princípio para minimizar o “lixo”, e, assim, o item a ser escolhido para lexicalizar determinado conjunto de nós é aquele que minimiza o lixo em um determinado contexto.

2. Os artigos deste volume

Depois desta breve e incompleta apresentação das teorias adotadas pela maioria dos artigos deste número, passo a uma apresentação igualmente breve dos nove textos que compõem o volume.

Nosso artigo inicial trata de um tema caro à empreitada cartográfica: a hierarquia proposta por Cinque (1999) e trabalhos subsequentes para os constituintes adverbiais na estrutura sintática. Tescari Neto discute um problema apontado por alguns teóricos para a proposta inicial de Cinque (1999) sobre as hierarquias funcionais que dão conta dos ordenamentos dos constituintes adverbiais, a saber, as chamadas *falhas de transitividade*. Intuitivamente, se há um ordenamento (rígido) para os constituintes modificadores, espera-se que esse ordenamento obedeça a propriedade de transitividade: se o constituinte adverbial A precede o constituinte adverbial B, e este precede o constituinte adverbial C, então o constituinte A precede o constituinte C. Uma das principais críticas às propostas de Cinque e trabalhos subsequentes se volta para este ponto, apresentando (supostas) falhas de transitividade – ou seja, algo como A precedendo B, B precedendo C, mas C também precedendo A. Tescari Neto mostra, em seu artigo *Falhas de transitividade são falhas de análise*, que, na verdade, não há falhas de transitividade, porque (a) o que realmente importa é a primeira posição de soldagem do constituinte adverbial e (b) há movimento de constituintes, por razões de escopo, que podem alterar a ordem superficial dos constituintes. Ou seja, as (supostas) falhas de transitividade não são de fato falhas, mas ordenamentos que a própria teoria admite como possíveis – desde que, no momento em que o advérbio é inserido na derivação, esta inserção obedeça à hierarquia estabelecida.

O segundo artigo deste volume, de Thayse Letícia Ferreira e Renato Miguel Basso, intitulado *Preposições de ALVO no português brasileiro: uma comparação entre ‘para’ e ‘até’*, trata, dentro do arcabouço teórico da nanossintaxe (STARKE, 2009), das preposições referidas no título, usando para

tal o conjunto de propostas de Pantcheva (2011). Como já discutido acima, a análise de Pantcheva reúne bastante evidência translinguística para uma decomposição do PATH (JACKENDOFF, 1983) em diversos núcleos que se organizam rigidamente. No artigo de Ferreira e Basso, defende-se, apontando-se inúmeras evidências para tal, que a preposição *para* do português brasileiro aponta para o alvo sem atingi-lo – ou seja, o movimento tem um alvo, mas não há necessariamente transição. Assim, *para* é a lexicalização de uma estrutura que envolve os núcleos PLACE, GOAL e SCALE (uma vez que este último oblitera transições; cf. nota 4). Já a preposição *até* indica que há um alvo para a trajetória e que essa trajetória é limitada. Assim, os autores defendem que ela lexicaliza os núcleos PLACE, GOAL e BOUND.

O terceiro artigo do volume, intitulado *Posição SUBJP: o caso dos sujeitos locativos no Português Brasileiro*, trata de sentenças com sintagmas preposicionais e determinantes locativos em posição pré-verbal, como nas frases: *naquele restaurante não aceita/aceitam cartão de crédito* e *aquele restaurante não aceita/*aceitam cartão de crédito*. As autoras, Livia de Mello Reis e Sandra Quarezemin, propõem que tanto o PP_{LOC} quanto o DP_{LOC} dessas sentenças ocupam a mesma posição na hierarquia sintática do *middlefield*, a saber, a posição de especificador do Subj-P. No entanto, as derivações dos dois tipos de sentença são distintas. O DP_{LOC} move-se do interior do VP para o especificador do TP, onde verifica o seu Caso nominativo e os traços de concordância, e depois se move para o especificador do Subj-P, onde se torna sujeito da predicação – por isso, a concordância com o verbo é obrigatória, e sentenças como **aquele restaurante aceitam cartão de crédito* são agramaticais. O PP_{LOC} também move-se do interior do VP, mas diretamente para o especificador de Subj-P, onde é também interpretado como sujeito de predicação; a posição de especificador de TP, onde se checam os traços de Caso e concordância verbal, é ocupada, na proposta, por um *pro*, o que faz com que a interpretação do sujeito da sentença (o sujeito de *aceitar*) seja arbitrária ou impessoal.

Na sequência, temos *Perguntas com -WH adverbiais altos, cartografia e o caso das interrogativas como 'como assim' no PB*, de Simone Lúcia Guesser, Raquel Sousa e Flore Kédochim. O artigo trata de sentenças como a seguinte interrogativa: *como assim ele demitiu a Maria?* No artigo, as autoras mostram que *como assim* veicula não só uma semântica causal, mas também uma de propósito, uma elucidativa e uma de incredulidade. O artigo então faz uma análise cartográfica para a leitura de incredulidade, explicando por que *como assim* não pode ocorrer *in situ*, por que não ocorre em contextos encaixados e por que é insensível à negação. Na proposta das autoras, *como assim*, na interpretação de incredulidade, é um constituinte diretamente soldado no especificador de Int-P (cf. esquema (4) acima), o qual toma um sintagma de tópico que alberga um Force-P. Esse Force-P corresponde à sentença que vem na sequência de *como assim* (no exemplo, *ele demitiu a Maria*), e

caracteriza um ato de fala sobre o qual se requisita confirmação. A inserção direta de *como assim* em Int-P explica por que sentenças como **ele demitiu a Maria como assim?* são agramaticais. O fato de *como assim* tomar um ato de fala também explica por que ele não pode ocorrer em contextos encaixados. Por fim, enquanto o pronome interrogativo adverbial *como* sofre restrições quanto ao seu deslocamento em contextos não causais (por exemplo, a frase *como o João não consertou a bicicleta?* é agramatical a não ser que sua interpretação seja causal), as sentenças com *como assim* de incredulidade são perfeitamente gramaticais (*como assim ele não demitiu a Maria?*). Isso reforça a ideia de que *como assim* é gerado em posição mais alta que a negação (assim como na interpretação causal da sentença *como o João não consertou a bicicleta?*).

O artigo seguinte, *Path e ilha semântica; place e condição de referencialidade*, de Teresa Cristina Wachowicz, investiga os fenômenos de alternância causativa, causativização de intransitivos e inversão locativa nos verbos do português brasileiro usando os recursos teóricos da nanossintaxe. No artigo, a autora se vale do termo *ilha semântica*, inspirada no conceito de ilha sintática de Ross (1967), para tratar de casos em que a alternância causativa não é permitida, como vemos no par: *João atravessou a rua/*a rua atravessou*. Para a autora, quando o objeto é material remático incremental – no caso, material remático do núcleo *Proc* de Ramchand (2008) (ver discussão acima) – este objeto fica impedido de ser alçado a sujeito da sentença numa alternância causativa como a que vemos neste parágrafo. Entendendo o complemento no exemplo (e nos verbos de tema incremental de modo geral) como um PATH, PATH cria uma “ilha semântica”, pois um complemento interpretado como PATH não pode ser alçado a sujeito de uma versão intransitiva do verbo sob análise. Quanto a transitivização de verbos intransitivos, como no caso de *João correu o cachorro da sala*, PPs locativos parecem ter uma função crucial no seu licenciamento. Do mesmo modo, alguns elementos interpretados como locativos são promovidos a sujeito, como ocorre no par de sentenças: *Maria secou a roupa no varal/o varal secou a roupa*. Ou seja, enquanto PATH é um restritor de alternância, PLACE é um seu facilitador. A autora faz uma discussão interessante sobre esses pontos, associando-os à condição de referencialidade, e, ao final, descreve brevemente dois experimentos linguísticos de produção eliciada comparando crianças e adultos, mostrando que as previsões de sua proposta se verificam neles.

O sexto artigo, de Giuseppe Samo, intitulado *Cartography and Microparametric variation: Criterial V2 in Swiss Romansh varieties*, trata, como seu título sugere, de variação paramétrica no romanche suíço. Adotando propostas de Rizzi (2017) para a variação paramétrica entre línguas – a qual, em linhas gerais, defende que traços morfossintáticos em núcleos funcionais deflagram as operações sintáticas *merge*, *mover* e *spell-out* – o autor faz um estudo da periferia esquerda de três variedades do romanche, comparando-as com o alemão, interessado em situações em que a ordem

V3 se manifesta no romanche e também na ausência da ordem V2 em orações subordinadas no alemão (desde que conjunções como *dass* estejam presentes), restrição que não ocorre no romanche. O artigo explica a variação entre as três variedades do romanche e entre elas e o alemão apelando para diferenças microparamétricas associadas aos núcleos Mod, Subj e Force da periferia esquerda das sentenças.

Em seguida, temos *Evidências advindas da aquisição do português do Brasil para os tipos de Perfect*, de Nayana Pires da Silva Rodrigues e Adriana Leitão Martins. O artigo assume a existência de um nó sintático de *perfect* como parte da estrutura flexional das sentenças, e de uma divisão para o *perfect* em três tipos: existencial, universal e de resultado (PANCHEVA, 2003). Em estudo de caso longitudinal de uma criança em fase de aquisição, as autoras partem da hipótese de que a emergência dos três tipos de *perfect* associados ao tempo presente ocorreria simultaneamente, uma vez que os três tipos de *perfect* estariam representados sintaticamente em único nó. Mas os dados obtidos com a pesquisa revelaram que a emergência não é simultânea: primeiro, manifesta-se o *perfect de resultado*, depois o *universal* e, por fim, o *experiential*. Com a refutação da hipótese inicial, as autoras propõem uma cisão do nó *perfect* em três nós, com a seguinte hierarquia: *perfect experiential* mais alto que *universal*, que, por sua vez, é mais alto do que o de resultado.

O oitavo artigo, de Valdílina Rammé e Rocío Esther Gonzáles Fariña, intitula-se *Nanossintaxe do espanhol paraguaio: leísmo, objeto nulo e marcação diferencial de objeto*. Como seu título sugere, o artigo buscará explicar o *leísmo* (ocorrência do clítico *le* no lugar de *lo* em contextos de objeto direto), a ocorrência de objeto nulo e a marcação diferencial do objeto (MDO: a presença de preposição *a* precedendo objeto direto de verbo) no espanhol falado no Paraguai, usando ferramentas teóricas fornecidas pela nanossintaxe. A partir da análise dos dados, verifica-se que o *leísmo* e os casos não padrão de MDO estão associados a constituintes nominais com os traços +animado e/ou +definido. Também se verifica que os constituintes sujeitos ao *leísmo* resistem ao apagamento na posição de objeto – ou seja, não licencia sua expressão via objeto nulo. Usando o princípio do superconjunto e a distinção entre duas classes de acusativo, as autoras propõem especificações para os itens *le* e *a* que explicam por que o primeiro consegue lexicalizar objetos diretos de Caso acusativo (Acc 2; cf. FARIÑA; RAMMÉ, neste volume) e por que a preposição ocorre também em tais contextos nos casos não-padrão de MDO. Já o pronome nulo objeto seria a lexicalização de Acc1 (cf. FARIÑA; RAMMÉ, neste volume), e por isso não pode ter como antecedente elementos que licenciem *leísmo* e MDO.

O número se encerra com *Considerações teórico-experimentais sobre a estrutura subjacente*

a 'sluicing' com apagamento de preposição, de Cilene Rodrigues e Ludmila Milhorce. Em sentenças como *o João dançou com alguém, mas eu não sei quem*, envolvendo sluicing (um tipo de elipse em orações interrogativas em que a única coisa que resta pronunciada é a sua expressão-QU), a preposição *com* que tomaria o QU na segunda oração é apagada. A pergunta é: o que ocorre aqui? Considerando propostas já encontradas na literatura, o trabalho apresenta os resultados de dois experimentos envolvendo julgamentos de aceitabilidade para apagamentos de preposições em casos de *sluicing* em português do Brasil. O primeiro experimento testa se o que ocorre em português é um apagamento do CP interrogativo com COMP duplo (algo como *quem que o João viu na festa ontem?*). Assim, em sentenças como *o João dançou com alguém na festa, mas eu não sei quem*, a hipótese prevê que teríamos como sequência para *quem* a oração *que o João dançou na festa*, e esta sequência seria elidida. O experimento, no entanto, ao comparar as sentenças envolvendo *sluicing* (*o João dançou com alguém na festa, mas eu não sei quem*) com as interrogativas com duplo COMP (*quem que o João dançou na festa*) mostrou diferenças nos graus de aceitabilidade (dentro de uma escala de três pontos) atribuídos pelos participantes às duas sentenças, sendo as sentenças com *sluicing* significativamente (do ponto de vista estatístico) mais aceitáveis do que as interrogativas com duplo COMP. Isso certamente desfavorece uma análise em que a sentença *o João dançou com alguém na festa, mas eu não sei quem* é derivada com uma elipse do seguinte modo: *o João dançou com alguém, mas eu não sei [_{CP} quem [_{XP} ~~que o João dançou~~]]*. A hipótese do experimento 2 é que tenhamos uma clivada na segunda oração, com o seguinte apagamento: *o João dançou com alguém, mas eu não sei [_{CP} quem [_{XP} ~~é a pessoa~~ [_{XP} ~~(com) que(m) o João dançou~~]]]*. O desenho experimental é mais ou menos o mesmo, comparando, em termos de graus de aceitabilidade (mas agora com uma escala mais ampla, de cinco pontos), sentenças com a clivagem e relativa cortadora (*a professora duvidou de um aluno de literatura, mas eu não sei quem é o aluno que ela duvidou*) e sentenças com *sluicing*. Aqui, no entanto, diferentemente do que ocorre no experimento 1, há correlação entre as estruturas, o que favorece a hipótese inicial deste experimento – a saber, que temos elisão de uma clivada nos casos em que a preposição não se realiza.

REFERÊNCIAS

- BELLETTI, Adriana. Aspects of the low IP area. In.: RIZZI, L. (Org.). *The structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*. EUA: Oxford University Press, 2004. v. 2. p. 16-51.
- BORER, Hagit. *Parametric Syntax*, Dordrecht: Foris, 1984.
- _____. *Structuring Sense*, Oxford: Oxford University Press, 2005.

CHOMSKY, Noam. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press, 1993.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts, London: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1995.

CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: A Cross-Linguistic Perspective*, New York: Oxford University Press, 1999.

HALLE, Morris. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In: *MIT Working Papers in Linguistics*, 30, 1997. p. 425-449.

_____; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press, p. 111-176, 1993.

JACKENDOFF, Ray. *Semantics and cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

MARANTZ, A. "No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon". In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. (Orgs.) *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, University of Pennsylvania, v. 4, n. 2, 1997. p. 201-225.

PANCHEVA, R. The aspectual makeup of Perfect participles and the interpretations of the Perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHER, M.; VON STECHOW, A. (Eds.). *Perfect Explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 277-308.

PANCHEVA, Marina Blagoeva. Directional expressions cross-linguistically: nanosyntax and lexicalization. In: *Nordlyd* 36, 1 special issue on Nanosyntax. Svenonious, P; Ramchand, G. Starke, M.; Taraldsen, K.T. (Eds.), 2009, p. 7-39.

_____. *Decomposing Path: the nanosyntax of directional expressions*. Tese de doutorado, Universidade de Tromsø, 2011, 301p.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, Vol. 20, No. 3, p. 365-424, 1989.

RAMCHAND, Gillian Catriona. *Verb meaning and the lexicon*. Cambridge, 2008.

RIZZI, Luigi. The Fine Structure of the Left Periphery. In *Elements of Grammar*, Liliane HAEGEMAN, (ed), Dordrecht: Kluwer, 1997. p.281-337.

_____. On the format and locus of parameters: The role of morphosyntactic features. *Linguistic Analysis* 41. 2017. p. 159–191.

_____; BOCCI, Giuliano. The Left Periphery of the Clause: Primarily Illustrated for Italian. In *The Blackwell Companion to Syntax*, Martin EVERAERT & Henk VAN RIEMSDIJK (eds) 1-30, Hoboken: John Wiley & Sons. 2017.

ROSS, John Robert. *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de doutorado – MIT, 1967.

STARKE, M. Nanosyntax: A short primer to a new approach to language. *Nordlyd*, v. 36, n. 1: Special issue on Nanosyntax, 2009.

TENNY, Carol. The Aspectual Interface Hypothesis. In: SAG, Ivan; SZABOLSCI, Anna (orgs.). *Lexical Matters*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1992.